

O dever-fazer e o não querer-fazer: uma análise da narrativa bíblica *O jovem rico*

Diones Bezerra de Souza

Universidade Regional do Cariri, Programa de Pós-Graduação em Letras, Crato, CE, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-9088-1283>

Maria Nazareth de Lima Arrais

Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Mestrado Profissional em Letras, Cajazeiras, PB, Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8859-1404>

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a performance de *O jovem rico*, narrativa escrita pelo evangelista Lucas, contida na Bíblia, precisamente no Novo Testamento. Para esta análise, utilizamos a teoria da Semiótica Discursiva a partir dos estudos de Greimas, considerando também Courtés, Saussure e Hjelmslev, e em estudos compilados por brasileiros a exemplo de Fiorin. A metodologia adotada foi embasada na análise do discurso com abordagem qualitativa, dado que não fizemos uso de métodos e técnicas estatísticas, mas buscamos compreender e interpretar o que o discurso enuncia. Da análise, consideramos a narrativa *O jovem rico* que é colocada perante um enunciador-destinador que tenta manipular um jovem abastado, oferecendo um tesouro no céu, não obstante, para consegui-lo, ele teria que se desfazer de todas as suas riquezas ofertando-as aos pobres, assim este ganharia a vida eterna. Porém ocorreu uma mudança alterando a modalização do dever-fazer para o não querer-fazer, visto que o jovem não aceitou o contrato de seu destinador.

Palavras-chave

semiótica discursiva; narrativa bíblica; modalizações

1 Introdução

A Semiótica Discursiva é uma teoria da significação que busca explicar as condições de apreensão e produção de sentidos em textos verbais, não verbais e sincréticos. Essa ciência da linguagem possui uma metodologia direcionada para a leitura e análise de textos a partir de três níveis: o fundamental, no qual se analisam os contrários, os contraditórios e as implicações que estruturam a narrativa; o narrativo, em que se observam as ações do sujeito

e suas transformações no percurso em busca de seu objeto de valor; e o discursivo, no qual se verificam as relações de enunciação e enunciado, o tempo e espaço. O conjunto desses níveis compõem o Percurso Gerativo de Sentido – ver Fiorin (1995, 1999, 2004, 2008); Barros (2003, 2005); Lima (2007); Lima Arrais (2011).

A escolha por analisar uma narrativa do mito bíblico à luz da Semiótica Discursiva, deu-se pelo fato de esta mostrar-se satisfatória para que possamos perceber e compreender as ações dos sujeitos, e também em razão de a Bíblia ser um dos materiais literários mais acessados no mundo, em que encontramos os mais variados gêneros e ainda por ela ser utilizada para diversos fins. Sendo assim, a finalidade é sugerir mais um exemplar de leitura para as pessoas interessadas nesta temática.

Além disso, outro ponto é o olhar para os textos da Bíblia, que tem um conjunto de livros no seu interior, organizados em Antigo e Novo Testamento. Esse livro foi escrito por diversos autores, e muitas pessoas de diferentes tribos, religiões e culturas têm o contato. Advertimos que, embora esse artigo tenha como *corpus* um texto bíblico, a análise que propomos é de cunho científico, ou seja, a partir dos fundamentos da Semiótica Discursiva, fizemos uma apreciação do texto, não com uma visão acabada, mas com acesso a perspectivas ideológicas que nos direcionam a um diálogo interdisciplinar.

Seguindo o exposto, este trabalho tem como objetivo analisar a performance de *O jovem rico* à luz da Semiótica Discursiva. Tal texto é um capítulo do evangelho sinótico de Lucas (18, 18-25) e fala sobre um jovem rico que procurava viver conforme os mandamentos da lei de Deus e que queria saber como receber a salvação. Diante disso, ele encontrou-se com Jesus e questionou o que deveria fazer para herdar o reino dos céus, contudo, a resposta de Jesus, que o mandou vender todos os seus bens e dar aos pobres, foi um problema na vida do jovem, visto que seu amor à riqueza era maior.

Este artigo respalda-se, principalmente, nos aportes teóricos da Semiótica Discursiva com Greimas (1973), considerando também Greimas e Courtés (1979) e outros que defendem esta teoria; nos estudos do signo para Saussure (2006) e Hjelmslev (2003), e em estudos desenvolvidos no Brasil a exemplo de Fiorin (2000, 2016). A metodologia adotada foi a da análise do discurso com abordagem qualitativa, dado que não fizemos uso de métodos e técnicas estatísticas, mas buscamos compreender e interpretar o que o discurso enuncia.

Este trabalho apresenta quatro seções, em que a primeira faz uma apresentação do texto orientando o leitor a conhecer a temática, o objetivo, a estruturação e a natureza da pesquisa. A segunda seção disserta acerca do signo linguístico, na ótica de Saussure (2006) e

Hjelmslev (2003), e, em seguida, sobre a significação, para Greimas e Courtés (1979). A terceira seção discorre brevemente sobre a Bíblia como um conjunto de livros literários; subsequentemente, fizemos um apanhado histórico do contexto da narrativa escolhida para compor o *corpus* deste trabalho e para isso fundamentamo-nos na própria Bíblia (2009). A quarta seção apresenta uma leitura semiótica da narrativa bíblica *O jovem rico*.

2 O signo linguístico

Um dos precursores da Linguística que iniciou os estudos acerca do signo linguístico foi Ferdinand de Saussure, em sua obra *Curso de Linguística Geral*, organizado em 1916 por seus alunos Charles Bailly e Albert Séchehay. De acordo com o genebrino, “[...] o signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces [...]”, ou melhor, é “[...] a combinação do conceito e da imagem acústica [...]” (Saussure, 2006, p. 80-81).

Para entender essa citação, seguimos a ideia do autor, para quem a língua é um sistema de signos utilizados para a comunicação. O signo é misto, pois ele possui dois elementos constitutivos: o significante e o significado. O significante é o material do signo (a representação sonora de uma palavra), o significado é o seu conceito que se tem da palavra (o pensamento, a representação mental). Quando ambos se ajustam, um signo é formado, e ao se unir a outros signos, um sistema é configurado. Diante disso, não há nenhuma norma para a escolha da porção acústica, sendo assim temos a arbitrariedade do signo (convenção reconhecida pelos falantes de uma língua) que explica por que um fato social pode, por si só, originar um sistema linguístico.

Em *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, publicada em 1943, Hjelmslev, que estudou os pensamentos saussureanos, argumentou sobre os fundamentos da Glossemática, teoria desenvolvida por H. Uldall. O signo, na teoria de Hjelmslev (2003), é realista e impreciso, além disso, funciona, designa, significa e é portador de uma significação.

Para o linguista, o signo linguístico é composto de duas grandezas: expressão e conteúdo. Essas grandezas são fundadas por uma forma e uma substância, que são as percepções ideológicas que temos acerca da língua. A forma é equivalente a uma gramática que abarca uma morfologia e uma sintaxe. No conteúdo, o vínculo entre a substância (suas funções semânticas) e a forma (a semêmica) origina o significado (Hjelmslev, 2003).

O autor advoga que “[...] uma expressão só é expressão porque é a expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão [...]” (Hjelmslev,

2003, p. 54). Assim, compreendemos que não há possibilidade da expressão se separar do conteúdo, visto que um depende do outro, porquanto, na expressão, a substância é fêmica e a forma é femêmica do qual emana o significado.

Nesse sentido, o plano de expressão e o plano de conteúdo se configuram em dois extratos. O primeiro se configura em forma e substância da expressão, e o segundo se desdobra em forma e substância do conteúdo. Em função de apreendermos melhor o assunto exposto, utilizamos a palavra “Bíblia” como referência. O seu plano de expressão é composto pela forma de expressão, por conseguinte, são as relações estruturais entre o som. A substância da expressão é o som (fones) ou as letras (grafemas), a massa fônica que não foi sistematizada na língua. Agora, observamos o plano de conteúdo deste enunciado. A forma de conteúdo são as relações semânticas, a organização da ideia, o conhecimento internalizado na mente, nesse caso, entendemos que a Bíblia é composta por uma coleção de livros sagrados do Antigo e Novo Testamento. A substância do conteúdo é o pensamento amorfo, ainda não sistematizado (Souza, 2022).

Posto isso, entendemos que há uma analogia entre conteúdo e expressão, posto que são arbitrárias, sendo assim, temos uma trivialidade entre a ideia defendida por Saussure e Hjelmslev. Cada sujeito tem uma forma de pensar, de sistematizar suas ideias (ideologias) e essa sistematização ocorre em todas as línguas nativas, formuladas por cada sujeito, o que é indispensável à composição do signo linguístico. Saussure (2006) ponderou que pensar é atribuir significado às coisas, e Hjelmslev concebeu esse pensamento como conteúdo do que pensamos. “Um ‘signo’ funciona, designa, significa. Opondo-se a um não-signo, um ‘signo’ é portador de uma significação.” (Hjelmslev, 2003, p. 49).

Ou seja, segundo Hjelmslev, o signo, além de ser realista e impreciso, funciona, designa, significa e, conseqüentemente, é portador de uma significação. O signo é permeado de significações, mesmo que seja simulado por um enunciado ou objeto, não é oco de sentido, contudo, para que o seu sentido seja extenso, é imprescindível que ele esteja situado em uma situação comunicativa, porque “[...] considerado isoladamente, signo algum tem significação [...]” (Hjelmslev, 2003, p. 50).

Nessa perspectiva, no intuito de entendermos melhor o assunto da significação, consideramos pertinente analisar o signo dentro e fora do seu contexto. Por exemplo, constatamos que a palavra “letra” é um termo polissêmico da língua portuguesa, haja vista que ela possui significados distintos dependendo de sua utilização, ou seja, ela pode significar letra de música, letra de um aluno, o próprio nome de uma pessoa que pode começar com

determinada letra etc. Quando articulada a um contexto, é possível abstrair sentido, por exemplo: “A letra da música de Michael Jackson é belíssima,” “A letra daquela aluna é inteligível,” “Meu nome começa com a letra D.” Então, mesmo sendo uma frase, o signo polissêmico, expresso nestas frases, apresenta uma função.

Sobre o signo, o autor pontua que “[...] as palavras não são os signos últimos, irreduzíveis, da linguagem [...]” (Hjelmslev, 2003, p. 49), uma vez que à medida que separamos uma palavra em seus elementos mórficos, advertimos a carga significativa que cada morfema carrega, são também signos. Não obstante, as sílabas e os fonemas dessa palavra não podem ser considerados signos pela inópia de significação.

2.1 A significação

No que tange ao percurso da significação, por volta dos anos setenta brotou em Paris uma Escola Semiótica advogada por Greimas, Courtés e seus alunos. Em *Semântica Estrutural*, publicada em 1966, Greimas encadeou seus argumentos sobre a significação. Sua semiótica foi concebida como greimasiana, discursiva ou narrativa. Para Greimas (1973), a significação é um aglomerado de sinais que se integram, isto é, se ajustam uns com os outros corroborando, portanto, para a construção dos sentidos. Desse modo, a significação pode ser concebida como um fato, aquilo que o signo quer dizer, uma acepção, sentido, significado, e que, a *posteriori*, configura o discurso (Souza, 2022).

Estamos situados em um mundo da significação. Todas as nossas expressões linguísticas e não linguísticas não são unívocas, haja vista que cada sujeito pode atribuir sentidos diversificados às manifestações verbo-voco-visuais suas e de outrem. Sendo assim, a semiótica, que é o estudo da significação, estaria na base das ciências humanas, dado que ela analisa o comportamento humano, a organização da sociedade, permeada por linguagens, expressões de pensamentos e emoções.

Segundo Greimas (1973, p. 15), no que diz respeito à percepção e à significação, “[...] propomos considerar a percepção como o lugar não lingüístico onde se situa a apreensão da significação.” Nesse sentido, compreendemos que é através da linguagem que o homem dá sentido aos objetos que estão submersos no mundo, dado que o ser humano é destinado a significar e todos os seus atos não são neutros, isto é, vazios de sentidos, antagonicamente, é dotado de sentidos, nos mais variáveis graus. É por isso que desde os primórdios da existência humana, o homem foi escolhido para atribuir nomes às coisas, dar qualidade e

adjudicar suas funções. Este é o elemento principal na operacionalização do mundo das significações.

A significação, à luz de Greimas e Courtés (1979), é suscetível para operacionalizar e designar, ora o fazer (logo, a significação como um processo), ora o estado (portanto, aquilo que é significado), que tem como pano de fundo uma concepção dinâmica ou estática da teoria subjacente. Souza (2022) reforça que a significação segue uma perspectiva de produção de sentido como de sentido produzido. Para esse autor, o processo de significação de um texto acontece por meio de encadeamentos de signos que se juntam às interações discursivas, materializando-se entre o plano de expressão e o de conteúdo constituindo, assim, à textualidade.

Nesse panorama, a significação é abrangida através de um percurso gerativo composto por três níveis: o fundamental, o narrativo e o discursivo. Cada um tem uma função específica na análise de textos, e o seu objeto semiótico é definido de acordo com a sua modalidade de produção. Dessarte, esses elementos se articulam entre si de acordo com um percurso que vai do “[...] mais simples ao mais complexo, do mais abstrato aos mais concreto [...]” (Greimas; Courtés, 1979, p. 206).

Seguindo o exposto, no que toca às estruturas sêmionarrativas, elas são fundadas pelo nível mais abstrato, visto que são apresentadas sob a forma de uma gramática semiótica e narrativa composta por dois elementos: o sintático e o semântico, acompanhados pelos seus níveis de profundidade, a sintaxe fundamental e a semântica fundamental (no nível profundo) e a sintaxe narrativa (no nível da superfície) e a semântica narrativa.

Ancorado em Greimas e Courtés (1979), Souza (2022) ratifica que os componentes discursivos são menos profundos e seu objetivo é retomar as estruturas de superfície, assim teremos o discurso associado à enunciação. Há no seu entorno um componente sintático, também conhecida como sintaxe do discurso, designado da discursivização das estruturas narrativas que comporta três subcomponentes: actorialização, temporalização e espacialização. Ademais, há um segundo componente, o semântico, ou semântica do discurso, em que são explorados os subcomponentes: tematização e figurativização.

No nível fundamental, a sintaxe e a semântica são responsáveis por formar o nível profundo da gramática sêmionarrativa, a instância relativa do percurso gerativo de um discurso. Neste, surge a significação como uma oposição semântica mínima. O nível narrativo organiza a narrativa partindo de um sujeito e, no discursivo, a narrativa é assumida pelo sujeito da enunciação (Greimas; Courtés, 1979; Souza, 2022).

Para esses autores, na Sintaxe Fundamental, a narrativa se desenvolve a partir das categorias semânticas de negação, além de expor uma relação entre os termos contrários, contraditórios e implicativos. O termo contrário mantém uma associação de contrariedade pelo fato de possuir pressuposição recíproca. Já o ato de negar define o contraditório.

A Semântica Fundamental define-se por seu caráter abstrato e constitui, com a sintaxe fundamental, o ponto inicial da geração do discurso. Nessa perspectiva, cada elemento que compõem a base semântica de um texto recebe uma classificação chamada de euforia *versus* disforia, conforme Greimas e Courtés (1979). A euforia é um efeito positivo presente na narrativa, ao passo que a disforia é um valor negativo. Os positivos são valores atraentes, portanto, eufóricos, já os negativos são hediondos, logo, disfóricos.

No nível narrativo, a Sintaxe Narrativa ou narrativização abarca o simulacro da atuação do homem situado em um mundo ideológico. Esse nível é composto por uma construção gramatical e uma semântica que busca entender o fazer do homem, os seus pensamentos e ações socioculturais na esfera social, objetivando-o mudar os rumos da história e do mundo, quer no sentido positivo, quer no negativo.

Fiorin (2000) acrescenta que a Semiótica Discursiva analisa enredos narrativos e, para tal feito, ela segue uma sequência canônica com percursos distintos, a saber: o da manipulação, ação e sanção. No trajeto da manipulação, o sujeito tenta manipular o seu antagonista no intuito de induzi-lo a querer ou fazer alguma coisa. Esse percurso está dividido em quatro partes: a tentação, intimidação, sedução e provocação.

Na tentação, o manipulador faz com que o seu adversário atenda ao seu pedido, então, para isso, leva-o a um querer fazer, em seguida oferece-o um prêmio, contrapartida ou ganho. Na intimidação, o destinador é dotado de um poder fazer, então para obter o que almeja ele faz ameaças ao seu destinatário. Se o seu pedido for atendido e o destinatário obedecê-lo, atribuindo-o um valor sobre a competência do manipulado, ocorre uma sedução. Todavia, se o manipulador atribui uma imagem negativa a respeito da competência do manipulado, ocorre uma provocação (Fiorin, 2000).

Para entendermos melhor acerca das fases da manipulação, no Quadro 1 abaixo articulamos os seguintes exemplos:

Quadro 1- Exemplos de manipulação

Tentação	Gustavo, se você lavar o meu carro, reviso o seu trabalho.
Intimidação	Hélio, se você não fizer a atividade escolar, não irá ao cinema com seu pai.
Sedução	Você toca violão tão bem, Milena, por isso não vai deixar de tocar no dia do meu aniversário, não é?
Provocação	Duvido você saber cantar a música do meu cantor predileto, Maria.

Fonte: Adaptado de Fiorin (2000).

No que concerne à fase da competência, como o sujeito é dotado de um saber fazer e um poder fazer, ele fica responsável por atingir a transformação no cerne da narrativa. Esses elementos podem estar presentes no plano mais superficial do discurso, sob inúmeras formas. Acerca da performance, entendemos que é a fase em que se dá a transformação, ou seja, a mudança de um estado para outro.

A Sintaxe Discursiva analisa as marcas da enunciação no enunciado por meio das relações de discursivização mescladas pela actorialização, espacialização e a temporalização, encarregada pela compleição das pessoas, do espaço e do tempo do discurso. Na enunciação, há um enunciador, aquele que fica delegado por dirigir à mensagem, assim como um enunciatário, aquele que a recebe. Deste modo, a sintaxe do discurso agrupa as projeções da instância da enunciação no enunciado e suas agregações entre enunciador e enunciatário.

Segundo Fiorin (2000), esse nível é permeado de formas abstratas, visto que, numa narrativa, podemos encontrar sujeitos que possuem um alto poder aquisitivo na cidade, país ou estado do qual pertencem, o que os permitem entrar em conjunção com suas riquezas. Já no discursivo, as suas formas abstratas são revestidas de termos que lhes dão concretude. Então, encontraremos a conjunção com a riqueza nesse nível, a exemplo de conquistas de poder, aceitação de prêmios, ganho de cargos importantes na cidade, lucro de joias, entre outros.

A enunciação é configurada por uma tríade, a saber, a instância do eu-aqui-agora. No primeiro enunciado, revela-se a pessoa (eu), em seguida o tempo (agora), depois um espaço (aqui). No segundo, uma pessoa (ele), um tempo (não agora = então) e um espaço (lá). Esses três elementos compõem a instância da comunicação. O (ele) é aquele que não diz nada e nem podemos dirigi-lo a palavra. O (então) é o tempo não simultâneo ao momento da enunciação. O (lá) é o espaço diferente do aqui em que se produz o enunciado (Benveniste, 1988, 1989), (Fiorin, 2000, 2016, 2017). Além de Fiorin, que reforça as discussões de Benveniste, há, no Brasil, outras pesquisas que dão continuidade aos estudos enunciativos da língua, dentre as

quais destacamos as contribuições de Flores (2013, 2016, 2017, 2018, 2019, 2022); Rosário (2018); Rosário e Flores (2020).

Nas palavras de Greimas e Courtés, (1979), a Semântica Discursiva acompanha as alterações de circunstância na narrativa, através da tematização e figurativização. Os temas aparelham e ordenam os subsídios do mundo natural, equivalente às figuras que representam a correspondência do mundo real. A tematização é responsável pelos traços semânticos que compõem os discursos, e a figurativização identifica figuras que estão associadas aos temas. Enquanto o discurso figurativo tem a função descritiva e representativa, os temáticos têm o papel predicativo e interpretativo.

3 A narrativa: dos pressupostos teóricos ao *corpus*

A Bíblia tem origem grega (*biblíon*) e significa os livros. Em latim, esse termo transmutou-se para o singular e passou a denominar a coletânea de textos que compõe as Sagradas Escrituras. Esse conjunto de livros sagrados é utilizado tanto para ensinar (no viés religioso) quanto para fins de investigação científica, estudo e análise literária, que é o contexto deste artigo, posto que o referido conjunto apresenta em seu entorno vários gêneros literários, tais como cartas, prognósticos, evangelhos, poesias, mandamentos, narrativas (Bíblia, 2009).

A Bíblia, fonte de busca da narrativa selecionada como *corpus*, é composta por 66 livros. É importante ressaltar, consoante Souza (2022), que, na Bíblia selecionada, há um aumento de mais 7 livros, a conhecer: Tobias, Judite, I Macabeus, II Macabeus, Baruc, Sabedoria e Eclesiástico (Sirac), que são considerados canônicos para a instituição católica, o que integram 73. Ademais, esse epítome foi escrito por pelo menos 40 autores, dentre os quais estão os profetas e evangelistas, em um período de 1500 anos, encerrando-se por volta dos idos de 100 d.C. (Bíblia, 2009).

A Bíblia está dividida em duas grandes partes: Antigo Testamento e Novo Testamento. O termo *testamento* substituiu o antigo termo grego que significa *pacto* ou *aliança*. Segundo a obra, os textos contidos nesse livro retratam a aliança feita por Deus com os seres humanos, primeiro com Noé, posteriormente, com Abraão e Moisés, e por último com Jesus Cristo. A coleção dos livros do Antigo Testamento teve origem no cerne da Judeia, pois o povo judeu juntou os inscitos deixados pelos profetas, compilaram-no e, em seguida, dividiram-no em três partes: a Lei (Torá), que contém cinco livros (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e

Deuteronômio) concebidos como o Pentateuco; os Profetas, que são os livros históricos (Josué, Juízes, Rute, I Samuel, II Samuel, I Reis, II Reis etc); os Escritos, que são os livros dos Salmos, Provérbios, Lamentações, entre outros (Bíblia, 2009).

A compilação dos livros do Novo Testamento começou a ser organizada na segunda metade do primeiro século da nossa era. Os vinte sete livros são assim distribuídos: cinco livros históricos; vinte e uma cartas dos apóstolos; e um livro profético. Salientamos que ambas as coleções que concatenam a Bíblia foram sendo traduzidas do grego para o latim desde o segundo século da nossa era, todavia, a tradução latina mais conhecida é a de São Jerônimo, denominada de Vulgata. Ele utilizou, para essa tradução, os textos originais hebraico e grego, no término do quarto século (Bíblia, 2009).

A narrativa *O jovem rico* contida no Novo Testamento, especificamente no evangelho sinótico de Lucas (18, 18-25), está presente em outros evangelhos como Mateus e Marcos. De origem grega, Lucas foi um dos companheiros de Paulo e escreveu também os Atos dos Apóstolos pouco antes de 68. Seus inscitos são, porquanto, anteriores a essa data. Ressaltamos que Lucas não é testemunha ocular dos episódios, mas o seu livro é importante porque este autor teve cuidado em documentá-lo; além disso, se orientou nos textos de Marcos e Mateus.

Vejamos a transcrição da narrativa bíblica:

18 Um homem de posição perguntou então a Jesus: “Bom Mestre, que devo fazer para possuir a vida eterna? ” 19 Jesus respondeu-lhe: “Por que me chamas de bom? Ninguém é bom senão só Deus. 20 Conheces os mandamentos: não cometerás adultério; não matarás; não furtarás; não dirás falso testemunho; honrarás pai e mãe.” 21 Disse ele: “Tudo isso tenho guardado desde minha mocidade.” 22 A essas palavras, Jesus lhe falou: “Ainda te falta uma coisa: vende tudo o que tu tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu; depois vem e segue-me.” 23 Ouvindo isso, ele se entristeceu, pois era muito rico. 24 Vendo-o entristecer-te, disse Jesus: “Como é difícil aos ricos entrar no reino de Deus! 25 É mais fácil passar o camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus” (Lucas, 18, 18- 25).

Essa narrativa relata a história de um homem que tinha um alto poder aquisitivo (era príncipe) na sociedade da qual fazia parte. Encontrando Jesus que estava indo à Jerusalém, o jovem o indagou sobre o que fazer para herdar a vida eterna, pois tinha em si essa inquietação. Jesus então respondeu que era conveniente obedecer ao que a lei (Os Dez Mandamentos) prescreve, ou seja, não furtar, não cometer adultério, honrar os pais, entre outros princípios. O jovem respondeu que segue esses ensinamentos desde a sua mocidade,

no entanto, Jesus ponderou que faltava apenas uma coisa para ele fazer: vender todos os seus bens e dar aos pobres. Assim, ele ganharia um tesouro no céu, se atendesse ao seu pedido para segui-lo e o ajudasse na missão evangelizadora.

Segundo o evangelista, o jovem ficou triste com a aquela proposta e a recusou. Depois que Jesus percebeu a reação do jovem, declarou que é difícil um rico entrar no Reino de Deus. Em seguida, Jesus fez uma analogia com um camelo, pois, para Ele, é mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus.

4 Análise da narrativa *O jovem rico*

Dos subsídios propostos no nível narrativo, os sujeitos apresentados na narrativa são um homem de boa posição, caracterizado pelo enunciador como homem/jovem rico e, nesse contexto, podemos aferir que era um príncipe da região na qual habitava justamente por possuir muitos bens materiais; e Jesus que foi chamado de Bom Mestre. O homem/jovem de boa posição é um dos actantes, visto que seu desígnio é encontrar o objeto-valor (vida eterna).

De acordo com Greimas e Courtés (1979, p. 12), “[...] o actante pode ser concebido como aquele que realiza ou que sofre o ato, independentemente de qualquer outra reação. ”. Dentro da narrativa, o actante pode ocupar o lugar de seres humanos, entidades, animais, coisas ou conceitos. À proporção que perfaz o seu percurso narrativo, “[...] o actante pode conjugar-se com um certo número de estados narrativos ou **papéis actanciais**: estes se definem ao mesmo tempo em função da posição do actante no interior do **percurso narrativo**, e do investimento modal que ele assume. ” (Greimas; Courtés, 1979, p. 12, grifo nosso). Desse modo, o actante-sujeito, será consecutivamente dotado de modalidades como querer-fazer, saber-fazer e poder-fazer. Assim, o sujeito do querer, do saber e do poder-fazer apontam outras tantas etapas na obtenção da sua competência modal preliminar quantas forem sua performance.

Então, o actante-sujeito, homem/jovem rico, está presente em todos os acontecimentos da narrativa, desde o princípio ao término, o que o permite, consoante Greimas e Courtés (1979), tomar decisões, poder-fazer e não querer-fazer o que Jesus requereu. Além disso, por ocupar uma posição central, o jovem produz as transformações mais marcantes do enredo. A esse respeito, ver também Bertrand (2003).

Percebemos que o homem/jovem rico, que busca a conjunção com a vida eterna, age por intermédio de um contrato pré-estabelecido com um destinador. Inicialmente o

homem/jovem quer o Reino de Deus e, para tanto, segue as orientações da crença judaica, pois foi através dos dogmas ensinados pela religião judaica que o jovem passou a acreditar numa vida eterna no Reino de Deus, que é o valor eufórico, portanto, mediado por esse valor positivo, o jovem deseja-o e aceita o contrato de buscá-lo.

Após o jovem enunciar que segue os mandamentos prescritos pela lei, Jesus lhe falou: “Ainda te falta uma coisa: vende tudo o que tu tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu; depois vem e segue-me” (Lucas, 18, 18-25). Entendemos essas palavras, conforme Fiorin (2000), como uma manipulação, e o sujeito (Jesus), dotado de um saber-fazer, mostrou ao seu destinatário que, se ele aceitasse as suas palavras, obteria um valor ambicionado por todos, a saber, um tesouro no céu.

O percurso do sujeito inicia-se com um jovem em disjunção com aquilo que almeja: a vida eterna. Esse jovem, conforme apresentado na narrativa, não pode alcançar seu objetivo, visto que ele não aceitou o contrato proposto por Jesus: vender todos os seus bens, dar aos pobres e segui-lo. Aqui, de acordo com Fiorin (2000), trata-se de um programa narrativo de aquisição por doação. O jovem (modalizado como um aluno que busca respostas) está em disjunção com o conhecimento, então ele busca informações naquele que, para ele, tem o conhecimento que sanará suas dúvidas: Jesus (modalizado como o Bom Mestre).

No decorrer do diálogo entre Jesus e o jovem, este afirmou que todos os mandamentos já tinham sido observados. Eis o motivo para ele adquirir o valor que deseja, pois, o caminho para a vida eterna estava sendo construído. Jesus, todavia, propôs um desafio, e o jovem foi obsequiado a acolher novos valores até então desconhecidos para ele, tornando um sujeito de um dever-fazer. Notamos que o querer do jovem sustentado no judaísmo, não tinha o “saber” que Jesus oferece. À medida que Jesus pedia para o jovem dar os seus bens aos pobres e segui-lo, este excede o primeiro contrato e assume a função de novo destinador. Nessa ocasião, percebemos que Jesus tenta manipular o jovem oferecendo um tesouro no céu (o que podemos chamar de prêmio, recompensa) se ele o obedecesse, mas caso não atendesse suas palavras, o perderia.

Observamos que o sujeito da ação crê na vida eterna e aspira obter o tesouro no céu. Ele poderia conquistá-lo se tivesse aceitado a proposta de Jesus, mas, de acordo com sua percepção, dar aos pobres as suas riquezas era uma exigência grande, o que o faz não querer-fazer o que Jesus pediu. O jovem estava disposto a guardar os mandamentos (crença no judaísmo), entretanto não queria se desfazer de suas riquezas (conversão ao cristianismo). O fato de o jovem não aceitar o que Jesus propôs era porque outros valores estavam sendo

concorridos com o ofertado por ele. Os valores oferecidos por Jesus (vida eterna, tesouro no céu) não eram compatíveis com os do jovem (dinheiro, joias, propriedades). Para Jesus, os bens materiais eram valores disfóricos; para o jovem, eram eufóricos, sendo assim, a manipulação realizada por Jesus não teve sucesso, pois o jovem não quis fazer o que Jesus orientou. Diante disso, o jovem continuou em disjunção e sua desistência implicou o não cumprimento do contrato, o que alude, de acordo com Fiorin (2000), numa sanção negativa posterior, ou seja, a conjunção indesejada com a morte eterna.

Em consonância com Lima (2012), que também propôs analisar esta narrativa, o sujeito apresentado pelo enunciador é um sujeito virtual, tendo em vista que ele já está convencido a buscar a vida eterna. A vida eterna é o valor positivo, sendo assim, é desejável e necessário para que ele se livre da conjunção com o valor atemorizante que é a morte eterna. O jovem é um sujeito atualizado, posto que ele sabia o que fazer e, por ser rico, podia fazer o que seu destinador pedia e, futuramente, alcançar a vida eterna, portanto, era necessário ir além do que os mandamentos propuseram. Contudo, mesmo Jesus tentando manipulá-lo, oferecendo um tesouro mais formidável do que o dinheiro, o jovem desiste de sua procura e não cede à manipulação. Então, o primeiro contrato foi incompleto e ele termina a história como sujeito não realizado. Além do dito, ocorre aqui uma mudança de conduta do jovem, porque ele tinha esperança de ser agraciado com a vida eterna, porém, por ter tanto apego aos seus bens materiais, a frustração e a tristeza tomaram conta dele.

Outro ponto que destacamos é o uso da hipérbole no discurso de Jesus, uma linguagem exagerada ao mencionar que é mais fácil um camelo passar no fundo de uma agulha do que um rico entrar no reino de Deus. Vale ressaltar que, quando Jesus menciona o camelo na narrativa, ele não se refere ao animal, mas a uma corda grossa que amarrava os barcos chamada de camelo, e o fundo da agulha à menor das passagens. Desse modo, entendemos que essa corda se assemelha metaforicamente às pessoas ricas com seus enormes bens, enquanto a agulha é o caminho humilde e simples para se chegar ao “reino”. Então, por ser assim, é necessário deixar as riquezas de lado que nesse contexto pode ser um fardo, um empecilho implicado na passagem do caminho até o reino.

No percurso da sanção, fase em que ocorre a concretização da performance e da distribuição de prêmios e castigos, ao passo que o narrador volta a assumir o controle da enunciação no seu extremo, o destinador, o judaísmo, foi excedido. Nesse sentido, a procura pela vida eterna deveria ser realizada mediante um contrato com Jesus. A escolha feita pelo jovem faz com que o enunciador declare o seu não querer, então a disjunção do sujeito com

Jesus é também sinal de que ele permaneceria em disjunção com o valor descritivo, a vida eterna. Na narrativa, a performance do jovem rico é a busca pelo saber o que fazer para herdar a vida eterna, contudo, ele mudou de ideia após saber que, para herdá-la, era necessário dar aos pobres os seus bens.

Na história, o destaque que o enunciador dá à voz de Jesus comporta-se como uma sanção mais explícita. Essa sanção é cognitiva e interpretativa porque entendemos que, para Jesus, os bens materiais são obstáculos que impedem o jovem de aceitar o contrato. Como ele era rico e valorizava a sua riqueza, dificilmente entraria no reino dos céus. Essa afirmação de Jesus acerca da impossibilidade de muitas pessoas ricas não serem “eleitas” ou aptas ao reino deve-se à apreciação que muitos ricos têm por suas riquezas, isto é, o apego excessivo aos bens materiais, que culturalmente denominam de “idolatria ao dinheiro” e que, segundo a Bíblia, é o deus *Mamom*, impossibilitando, conseqüentemente, a sua entrada no reino dos céus. Se o jovem entrasse em conjunção com esse reino, certamente ele entraria em conjunção com os preceitos de Jesus que, muitas vezes, noutros evangelhos, se declarou como o caminho, a luz que conduz o ser humano para lá.

Das contribuições do nível discursivo, focamos na organização da narrativa. O sujeito, figurativizado de jovem procura saber o que fazer para herdar a vida eterna. Ele era obediente à lei, logo, praticava a sua religião. Ou seja, o que determinava o judaísmo, porém, havia uma incompletude, dado que, devido à tradição farisaica, o jovem valorizava muito o dinheiro, ou melhor, “endeusava-o,” e isso era um ponto negativo que o impedia de encontrar a felicidade eterna.

Outro ponto negativo que observamos no decorrer da análise é acerca da juventude do personagem. Ao propor que o jovem abdicasse de seus bens, Jesus oferecia a solução da maturidade ou completude. Jesus é um sujeito de *psique* evoluída para a religiosidade, já que coloca o bem-estar antes do conforto econômico. Percebemos que ele assume o papel de um educador espiritual, um mestre que tem as respostas de que o jovem precisa para conseguir seu objeto de valor primeiro e com elas tentou instruí-lo. Desse modo, o enunciador constrói também a ideia de que os valores da religião judaica são insuficientes à doutrina de Jesus, que apreendemos como melhor e mais aconselhável ao jovem.

Em consonância com as ideias de Lima (2012), no enunciado, o narrador não se expõe completamente na narrativa, apenas no início e no fim, justamente para explicar que a riqueza era o pretexto do fracasso do jovem. Entendemos também que o enunciador é onisciente porque ele sabia que, mesmo Jesus oferecendo um tesouro no céu, o jovem não

aceitaria o seu convite para segui-lo. Concebemos a estratégia do enunciador, segundo Greimas e Courtés (1979), Benveniste (1988, 1989) e Fiorin (2000, 2016, 2017), como desembreagem enunciativa, que justapõem as desembreagens actancial, temporal e espacial para produzir o efeito de afastamento (ele, então, lá). Provavelmente, o enunciador anula parte desse efeito ao deixar a narrativa ser conduzida pelos seus interlocutores.

Quanto ao espaço linguístico, este se dispõe em relação ao discurso e a posição dele varia a depender de quem fala. Designando voz aos atores, o enunciador recupera o acontecimento que de um *lá*, que podemos dizer que é a memória, para um *aqui* subjacente às falas do jovem e de Jesus.

Já a menção ao espaço geográfico é “céu” e o “Reino de Deus”. Trata-se de um lugar culturalmente instituído na vida imaterial como local para onde vão os que seguem os preceitos de Jesus. Vejamos “[...] terás um tesouro no céu [...] É mais fácil passar o camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus” (Lucas, 18, 18-25). De acordo com Jesus, para chegar ao céu ou Reino de Deus, o jovem teria que, além de seguir os mandamentos do Antigo Testamento, também desfazer-se de seus bens como ensinou Jesus quando esteve no mundo material.

No diálogo com Jesus, o jovem afirma que guarda os mandamentos desde a sua mocidade, no entanto, Jesus assevera que ainda falta ele vender suas riquezas, dar aos pobres e segui-lo. Podemos perceber que há também um distanciamento e uma aproximação temporal da enunciação. Em “Um homem de posição perguntou então a Jesus” (Lucas, 18, 18-25), temos um distanciamento temporal da enunciação, pois há um passado materializado pelo verbo “perguntou”, o que se distancia do *agora* da enunciação, expresso nos discursos diretos, quando o enunciador delega voz aos atores em, por exemplo, “Bom Mestre, que devo fazer para possuir a vida eterna? ”. Neste caso, há uma aproximação da enunciação pela materialização do presente no verbo “devo fazer” com valor de “faço” (Lucas, 18, 18-25).

Podemos destacar também a ideia de tempo numa perspectiva cronológica na acepção do vocábulo “mocidade” em “Tudo isso tenho guardado desde minha mocidade” (Lucas, 18, 18-25). Mesmo sendo jovem, e aqui podemos inferir que a ideia de juventude estava, para Jesus, atrelada à ideia de maturidade psicológica, enquanto para o jovem, à ideia de pouca idade, o jovem já pensava na vida eterna, mas seguindo os preceitos judaicos. Ao lado disso, entendemos que o conceito de eternidade é, ideologicamente, viver para sempre, uma vida sem fim. Esse tempo, conforme as sagradas escrituras, foi ensinado na segunda vinda de Jesus ao planeta Terra. Sobre isso, Agostinho (1981) explica que o tempo existe no

espírito do homem, visto que é por meio do espírito que se conservam o presente, o passado e o futuro. Ao argumentar acerca do tempo e da eternidade, esse teólogo afirma que a temporalidade está integrada ao homem, às suas ações e pensamentos. Logo, o tempo, para ele, é a distensão da alma humana, que se volta ao passado, se intenciona no presente e se projeta a um futuro que ainda não existe.

Salientamos que o evangelho de Lucas, assim como todos os sinóticos de Mateus e Marcos, foi escrito depois do fato ocorrido, mas como a narrativa discutiu acerca de um reino que, conforme o mito cristão, está sendo construído por Jesus, o tempo futuro mostra-se presente, pois é algo que ainda vai acontecer, mas cuidado no agora de cada um. Diante do exposto, o evangelho apresenta-nos um enunciatório que é colocado perante um enunciador-destinador que o manipula oferecendo um tesouro no céu. Além disso, este tenta fazer com que seu interlocutor mude de vida, desapegue dos seus bens materiais e siga-o, pois, ganharia a vida eterna, a sanção positiva final.

O tempo linguístico está expresso em “falou”, como materialização do passado; em “falta”, como materialização do presente; e “terás”, como materialização do futuro. Vejamos, por exemplo, “A essas palavras, Jesus lhe falou: “Ainda te falta uma coisa: vende tudo o que tu tens, dá-o aos pobres e terás um tesouro no céu; depois vem e segue-me” (Lucas, 18, 18-25). Significa que, no passado, estão os ensinamentos do Antigo Testamento, mas que precisam ser complementados no presente com o Novo Testamento para que se tenha a morada eterna num reino que fora prometido por Jesus ao jovem.

A conversa entre Jesus e o jovem assemelhava-se a uma discussão religiosa ou mesmo sociológica. Jesus sentiu a necessidade de ensinar ao jovem o caminho para conseguir a vida eterna, através da obediência aos mandamentos mosaicos e da renúncia às suas riquezas. Observando essa conversa, podemos perceber o que Greimas e Courtés (1979) chamou de produtividade semântica, que é o que acontece quando extraímos temas e figuras em um discurso. Vemos, então, que a riqueza é um tema presente e que pode ser percebido pelas figuras “de posição”, “tudo o que tu tens”, “rico”, como atributos do jovem. Outro tema é a pobreza que, além de estar subjacente à riqueza, está implicado figurativamente na narrativa no vocábulo “pobres”, expresso no discurso de Jesus para designar aqueles a quem o jovem deve doar seus bens para ganhar a vida eterna.

Das contribuições do nível discursivo, encontramos na narrativa uma oposição semântica entre “vida” *versus* “morte”. Diante das explicações de Greimas e Courtés (1979) sobre euforia e disforia, a vida é o valor eufórico na narrativa, portanto, positivo, e a morte é

valor disfórico, logo, negativo. Dessa objeção, extraímos outra como “vida eterna” (que é uma vida para sempre, conhecida popularmente como salvação) e “morte eterna” (que é a perdição da alma). Diante disso, o texto nos mostra que a vida eterna é uma escolha, uma opção que os sujeitos podem ou não querer, pois aceita quem quer vivê-la, ou seja, quem crê nessa mística, porém, para ganhá-la, é preciso atender o que a lei prescreve (a condição de obediência aos mandamentos) e, segundo a narrativa, renunciar os bens materiais e cultivar os bens espirituais. Assim, implicada à vida eterna está a pobreza, enquanto implicada à morte eterna está a riqueza, como indicação de perdição da alma.

5 Considerações finais

Por intermédio da Semiótica Discursiva, analisamos um capítulo do livro de Lucas (18, 18-25) intitulado de *O jovem rico*, texto contido na Bíblia, precisamente no Novo Testamento. Assim como as demais leituras de Lucas, esse texto é uma narrativa escrita no passado em relação ao tempo presente da enunciação. As falas como testemunho de verdade aproximam-se da enunciação, já que estão com o presente materializado linguisticamente. Os evangelhos que narram as ações de Jesus na terra são contados como eventos passados, mas o que consta nesses escritos reflete o presente e servem como fonte de ensino e pesquisa.

Da análise da narrativa, chegamos aos seguintes resultados: no nível narrativo, o enunciador apresenta dois sujeitos nomeados de Jesus e homem/jovem, que dialogam do início ao fim do discurso, para dizer que a riqueza tem implicações que podem impedir alguém de entrar no Reino de Deus. O jovem rico é actante central, ou seja, é aquele que procura o objeto-valor (vida eterna) e é o interlocutor. Ele toma as decisões e produz as modificações mais relevantes da história, pois, na busca pela vida eterna, começa seu percurso com um querer seguir a crença judaica que parece estar incompleta, uma vez que, como ocorreu novo episódio narrado no Novo Testamento, onde Jesus orienta que o desapego aos bens materiais também é uma condição para entrar no céu, ele se torna um sujeito de um dever-fazer (doar suas riquezas aos pobres). O percurso desse sujeito, nomeado de jovem/homem, inicia-se em disjunção com a vida eterna e termina também no mesmo estado, dado o seu não querer dispensar seus bens aos pobres e que, segundo Jesus, ele devia fazer já que era uma condição para adquirir o que almejava.

Do outro lado, o sujeito, nomeado de Jesus, quer-fazer o jovem mudar de vida, desapegar dos bens materiais e segui-lo, assim ele ganharia a vida eterna, a sanção positiva

final, mas ocorreu uma mudança de modalização, dado que o jovem acolheu o contrato determinado pela crença judaica e não pelo que o enunciador acredita. Essa quebra de contrato com o enunciador pelo não-querer-fazer o que Jesus orientava é uma estratégia do enunciador para mostrar que quem não segue os preceitos de Jesus recebe um castigo. Assim, de um querer-fazer inicial ele passa a um não querer-fazer, embora devesse.

Assim como são colocados os atores ora distantes da enunciação, ora aproximados, também ocorre quanto ao espaço linguístico. O enunciador recupera o acontecimento de um *lá*, na memória, para um *aqui*, subjacente às falas do jovem e de Jesus. O destaque para o espaço geográfico é “céu” e “Reino de Deus”. De acordo com Jesus, para ganhar o céu ou Reino de Deus, o jovem teria que, além de seguir os mandamentos do Antigo Testamento, também desfazer-se de seus bens como ensinou Jesus quando esteve no mundo material.

E como os atores e o espaço, também se apresenta o tempo: o passado está no *lá* da memória, que é recuperado no *aqui*, pelo presente da enunciação nos discursos diretos e projetam o futuro no dever-fazer do jovem com a possibilidade de ganhar a vida eterna. Ao tempo cronológico está atrelada à ideia expressa em “mocidade” que, segundo a leitura realizada, indica pouca idade, mas para Jesus indicava a maturidade psicológica para a compreensão das coisas. No mesmo contexto de tempo, tem-se eternidade indicando a uma instância além da matéria.

Da produtividade semântica, extraímos os temas: riqueza, presente nas figuras “de posição”, “tudo o que tu tens”, “rico”, como atributos do jovem; e pobreza, implicado na narrativa pelo vocábulo “pobres”, expresso no discurso de Jesus para designar aqueles a quem o jovem devia doar seus bens para ganhar a vida eterna.

Interligado às ações dos atores, no nível fundamental, encontramos uma oposição semântica entre “vida eterna” e “morte eterna”. Assim, implicada à vida eterna está a pobreza, enquanto implicada à morte eterna está a riqueza como indicação de perdição da alma. A vida eterna é um bem espiritual para o futuro. Esse bem é desejável pelo jovem, indicando que é também por todos os que creem em Jesus. Contudo, no discurso do jovem, subjaz a ausência de amor ao próximo. Por sua vez, no discurso de Jesus, mesmo não citando todos os mandamentos, não consta falha, porque Ele queria que o jovem atendesse ao seu chamado e aos mandamentos na sua forma plena que era dando todos seus bens aos pobres.

Referências

AGOSTINHO, Santo. O Homem e o tempo. In: AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. 10. ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1981.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do discurso. In: FIORIN, José Luiz (org.) **Introdução à Linguística II: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: Pontes, 1988.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. São Paulo: Pontes, 1989.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária**. Bauru: EDUSC, 2003.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: antigo e novo testamento. 186. ed.. São Paulo: Claretiana, 2009.

FIORIN, José Luiz. A noção de texto na semiótica. **Organon**, Porto Alegre, v. 23, n. 9, p. 165-176, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.29370>. Acesso em: 05 jul. 2023.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação**: as categorias de pessoa, espaço e tempo. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FIORIN, José Luiz. **Em busca do sentido**: estudos discursivos. São Paulo: Contexto, 2008.

FIORIN, José Luiz. Semiótica e comunicação. **Galáxia**, São Paulo, n. 8, p.13-30, ago. 2004.

FIORIN, José Luiz. Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva. **DELTA**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 177-207, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-44501999000100009>. Acesso em: 05 jul. 2023.

FIORIN, José Luiz. Uma teoria da enunciação: Benveniste e Greimas. **Gragoatá**, Niterói, v. 22, n. 44, p. 970-985, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v22i44.33544>. Acesso em: 05 jul. 2023.

FLORES, Valdir do Nascimento. A linguística de Benveniste: uma teoria da linguagem. **HUMANIDADES & INOVAÇÃO**, Palmas, v. 9, n. 4, p. 151-161, 2022. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-2676-3834>. Acesso em: 05 jul. 2023.

FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual. **DELTA**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 395-417, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-445041033947774307>. Acesso em: 05 jul. 2023.

FLORES, Valdir do Nascimento. As teorias enunciativas e a linguística no Brasil: o lugar de Émile Benveniste. **Antares: Letras e Humanidades**, Caxias do Sul, v. 8, n. 15, p. 2-14, 2016.

FLORES, Valdir do Nascimento. Atualidade de Benveniste no Brasil: os aspectos antropológicos de uma teoria da enunciação. **DESENREDO**, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 9-18, 2017.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Problemas gerais de linguística**. Petrópolis: Vozes, 2019.

GREIMAS, Algirdas Julien. **Semântica estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Julien. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Cultrix, 1979.

HJELMSLEV, Louis. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LIMA, Anderson de Oliveira. Semiótica Discursiva: uma introdução metodológica para biblistas. **Âncora: Revista Digital de Estudos em Religião**, Goiás, ano 7, v. 8, p. 1-21, 2012.

LIMA, Maria Nazareth de. **O conto na literatura popular**: percurso gerativo da significação. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

LIMA ARRAIS, Maria Nazareth de Lima. **O fazer semiótico do conto popular nordestino**: intersubjetividade e inconsciente coletivo. 2011. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

LUCAS (18, 18-25). In: BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: antigo e novo testamento. 186. ed. Tradução de Frei João José Pedreira de Castro. São Paulo: Claretiana, 2009. p. 1345-1383.

ROSÁRIO, Heloisa Monteiro. **Um périplo benvenistiano**: o semiólogo e a semiologia da língua. 2018. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

ROSÁRIO, Heloisa Monteiro; FLORES, Valdir do Nascimento. A enunciação na semiologia da língua de Benveniste. **ReVEL: Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, Brasil, v. 18, n. 34, p. 85-104, 2020.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUZA, Diones Bezerra de. **Manipulação discursiva na narrativa A tentação de Jesus no deserto**: uma proposta de leitura para o 3º ano do ensino médio. 2022. Monografia (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2022.

The must-do and the not-want-to-do: an analysis of the biblical narrative *The rich young man*

Abstract

The purpose of this article is to analyze the performance of *The rich young man*, a narrative written by the evangelist Luke, presented in the Bible, precisely in the New Testament. For this analysis, we used the theory of Discursive Semiotics from the studies by Greimas, also considering studies by Courtés, Saussure and Hjelmslev, as well as brazilian studies about these authors Fiorin. The methodology adopted is based on discourse analysis with a qualitative approach, as we did not use statistical methods and techniques, but we sought to understand and interpret what the discourse enunciates. From the analysis, we consider the narrative *The rich young man* which is placed before an enunciator-destinador who tries to manipulate a wealthy young man, offering a treasure in heaven. However, to get it, he would have to dispose of all his riches by offering them to the poor, so that he would gain eternal life. But there was a narrative change, altering from the modality of must-do to the not-want-to-do since the young man did not accept the contract of his sender.

Keywords

discursive semiotics; biblical narrative; modalizations

Autoria para correspondência

Diones Bezerra de Souza
dionesmacena10@gmail.com

Maria Nazareth de Lima Arrais
nazah_11@hotmail.com

Como citar

SOUZA, Diones Bezerra de; LIMA ARRAIS, Maria Nazareth de. O dever-fazer e o não querer-fazer: uma análise da narrativa bíblica *O jovem rico*. **Intexto**, Porto Alegre, n. 55, e-131972, 2023. <https://doi.org/10.19132/1807-8583.55.131972>.

Recebido: 21/04/2023

Aceito: 23/07/2023



Copyright (c) 2023 Diones Bezerra de Souza, Maria Nazareth de Lima Arrais. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.